

1 de junho de 2023

Dia da Criança

A Direção Regional de Estatística (DREM) divulga hoje um “Em Foco” alusivo ao Dia da Criança. Nesta análise, é feita uma caracterização das crianças residentes na Região Autónoma da Madeira (RAM) em 2021, com base nos resultados das estruturas familiares do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2021) e nas estatísticas da educação, disponibilizadas pelo Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira (OERAM). Ainda, para avaliar as alterações comportamentais entre as gerações dos pais das crianças nascidas na Região, recorre-se à informação do número de nados-vivos entre 2007 e 2021.

Para caracterizar as crianças que residiam na Região em 2021, a presente publicação integra alguns resultados da análise descritiva das estruturas familiares na Região Autónoma da Madeira, com base nos Censos 2021, e compara com a operação censitária de 2011, sendo as crianças nos núcleos familiares o principal foco. Ainda, recorre-se às estatísticas da educação em 2020/2021 para caracterizar as crianças matriculadas na educação pré-escolar e nos diferentes ciclos do ensino básico.

Por fim, analisa-se o total de nados-vivos entre 2007 e 2021, sendo que, neste período, é possível apurar o número de crianças nascidas vivas nos 15 anos decorridos, ou seja, crianças que, a 31 de dezembro de 2021, potencialmente, tinham entre 0 (nascidas em 2021) e 14 anos (nascidas em 2007). Salienta-se a expressão *potencialmente*, pois os nados-vivos contabilizados neste período não correspondem à totalidade de crianças a residir na Região em 2021 (Censos 2021), uma vez que, nestes 15 anos, deram-se os naturais movimentos da população.

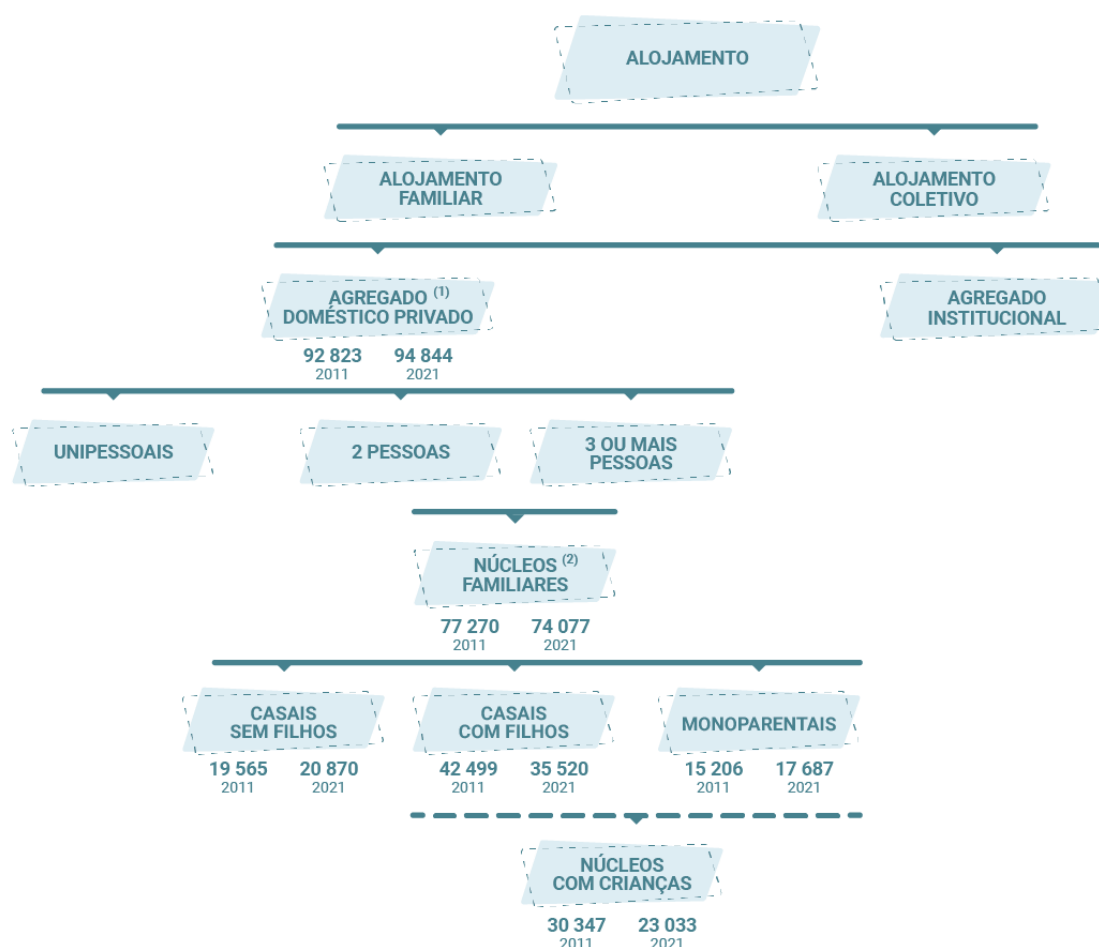


1. Crianças em 2021

1.1. Crianças nas estruturas familiares nos Censos 2021

Para os Censos 2021 foi adaptado o conceito e a terminologia associada à caracterização das estruturas familiares, no sentido não só de uma maior adequação às recomendações das Nações Unidas e ao regulamento da União Europeia, mas também no de facilitar a apreensão e a operacionalização do conceito de agregado doméstico privado. Assim, foi efetuada a substituição da terminologia de família clássica (utilizada até agora na série censitária) por agregado doméstico privado, contribuindo também para uma maior harmonização com os restantes inquéritos às famílias, permitindo igualmente continuar a observar todas as relações de parentesco dentro do alojamento.

Nos Censos 2021, as estruturas familiares eram definidas da seguinte forma:



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

- (1) Conjunto de pessoas que tem residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar (neste caso, trata-se de um agregado doméstico privado unipessoal).
- (2) Conjunto de duas ou mais pessoas que pertencem ao mesmo agregado doméstico privado e têm uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes, que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos (núcleos monoparentais). Um filho no núcleo familiar é uma condição reconhecida a um filho de sangue, filho adotivo ou enteado, independentemente da idade ou estado civil legal respetivos, com residência habitual na família clássica de um dos seus pais e não tendo cônjuge, parceiro em união de facto ou filhos seus nessa família. Uma criança no núcleo familiar é um filho no núcleo familiar com idade entre 0 e 14 anos.



Em 2021, foram contabilizados 94 844 agregados domésticos privados (92 823 em 2011), mais 2,2% do que em 2011, tendo a dimensão média dos agregados baixado de 2,9 em 2011 para 2,6 em 2021.

Apuraram-se 74 077 núcleos familiares (77 270 núcleos em 2011), observando-se uma redução de 4,1% relativamente a 2011.

Do total de núcleos familiares, 31,1% (23 033 núcleos) continham crianças (0-14 anos), tendo este número baixado 24,1% relativamente a 2011 (30 347 núcleos em 2011).

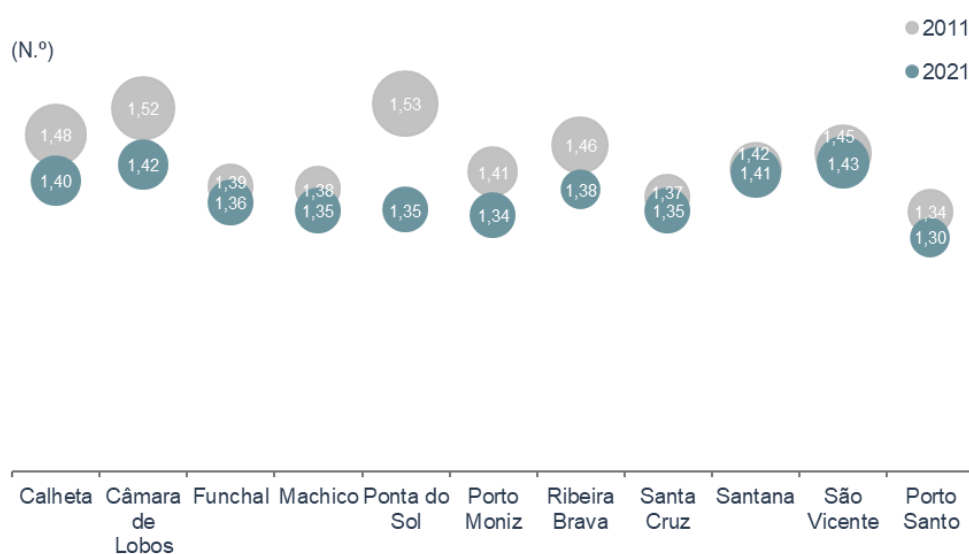
A maioria dos núcleos familiares com crianças eram de casais (75,9%), sendo que 24,1% eram monoparentais: 21,9% de mãe com crianças e apenas 2,2% de pai com crianças. Relativamente a 2011, o número de núcleos de casais com crianças baixou 30,5%, enquanto o de núcleos de mãe com crianças aumentou 7,0% e o de pai com crianças aumentou 2,8%.

Em 2021, foram contabilizadas 31 517 crianças nos núcleos (43 034 em 2011), verificando-se um decréscimo de 26,8% relativamente a 2011. Do total de crianças contabilizadas em 2021, 78,0% (24 580 crianças) faziam parte de núcleos de casais (84,2% em 2011), 20,1% (6 332 crianças) pertenciam a núcleos monoparentais de mãe (14,3% em 2011) e 1,9% a núcleos monoparentais de pai (1,4% em 2011).

Em média, contabilizaram-se 1,37 crianças por núcleo familiar com crianças, menos do que em 2011 (1,42 crianças). O decréscimo no número médio de crianças por núcleo familiar com crianças foi generalizado a toda a Região. Porém, destaca-se uma maior redução na Ponta do Sol: em média, 1,53 crianças em 2011 e 1,35 em 2021.

Em 2021, o número médio de crianças por núcleo familiar com crianças era superior em São Vicente (1,43) e inferior no Porto Santo (1,30).

FIGURA 1. NÚMERO MÉDIO DE CRIANÇAS POR NÚCLEO FAMILIAR COM CRIANÇAS (N.º), MUNICÍPIO, 2011 E 2021



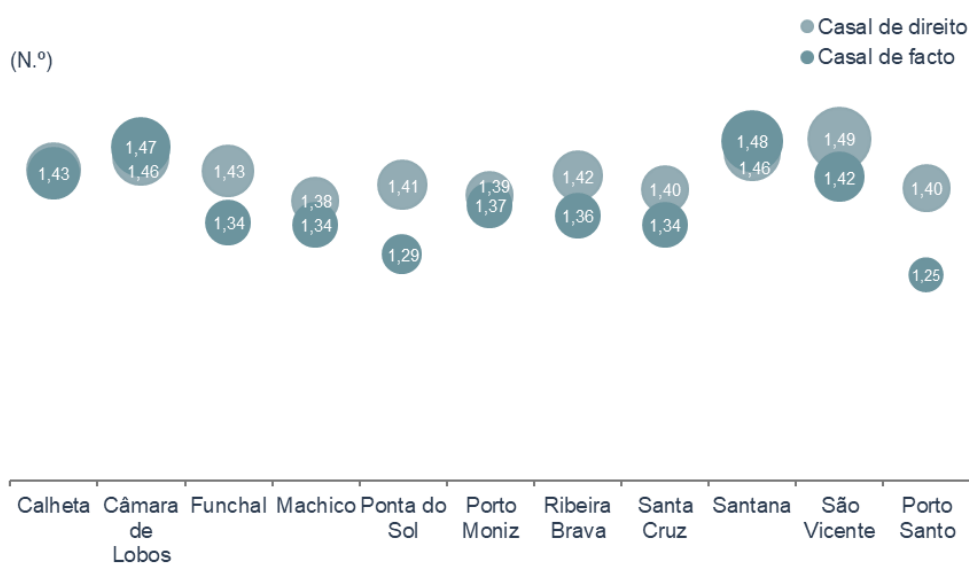
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.



O número médio de crianças era superior nos núcleos de casais com crianças (1,41) e inferior nos núcleos de mãe (1,26) ou de pai com crianças (1,17), sendo que, em todas as situações, registou-se um decréscimo deste número médio relativamente a 2011. Nesse momento censitário, tinham sido contabilizadas 1,44 crianças por núcleo de casais, 1,31 por núcleo monoparental de mãe e 1,22 por núcleo monoparental de pai.

Relativamente aos núcleos familiares de casais com crianças, em 2021, o número médio de crianças era mais elevado nos núcleos de casais de direito (1,42 crianças nos núcleos de casais casados) do que nos núcleos de casais de facto (1,36 crianças nos núcleos de casais a viver em união de facto). Esta tendência era comum à maioria dos municípios da Região, com exceção em Câmara de Lobos e em Santana, onde o número médio de crianças era superior nos núcleos de casais a viver em união de facto.

FIGURA 2. NÚMERO MÉDIO DE CRIANÇAS POR NÚCLEO FAMILIAR DE CASAIS COM CRIANÇAS (N.º), SEGUNDO A SITUAÇÃO CONJUGAL DO CASAL, MUNICÍPIO, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

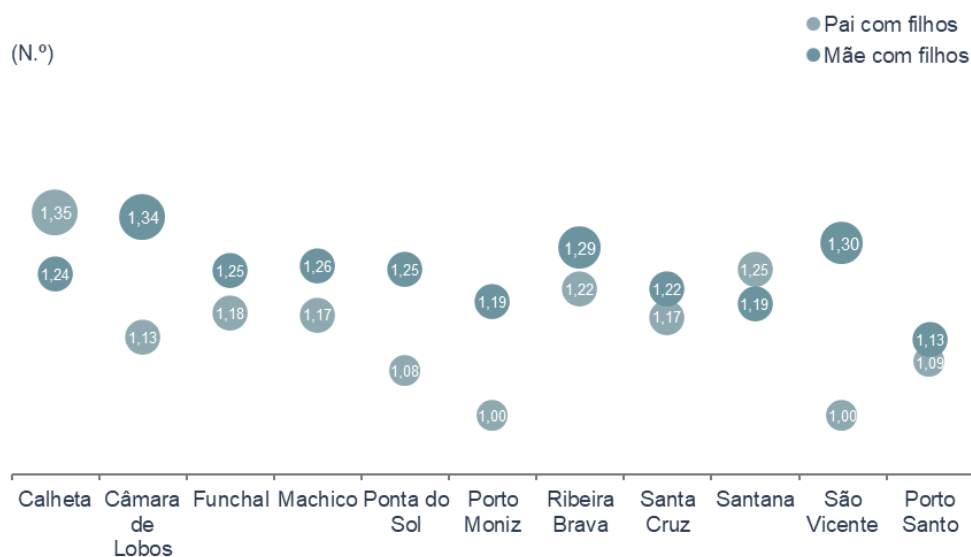
Quando se compara o número médio de crianças por núcleo familiar de mãe com crianças com o de pai com crianças, constata-se que, em 2021, este número médio era mais elevado nos núcleos monoparentais de mãe (1,26 crianças), sendo inferior nos núcleos monoparentais de pai (1,17 crianças).

Apenas na Calheta e em Santana, em média, residiam mais crianças nos núcleos de pai com crianças, respetivamente, 1,35 e 1,25 crianças em média. Nestes municípios, o número médio de crianças por núcleo de mãe era de 1,24 e 1,19, respetivamente.

Ainda, destaca-se que, no Porto Moniz e em São Vicente, o número médio de crianças por núcleo monoparental de pai era igual a 1, ou seja, por núcleo, residia apenas o pai com uma criança.



FIGURA 3. NÚMERO MÉDIO DE CRIANÇAS POR NÚCLEO FAMILIAR MONOPARENTAL DE PAI E MÃE COM CRIANÇAS (N.º), MUNICÍPIO, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

Os Censos 2021 permitem ainda caracterizar o nível de escolaridade dos casais com crianças, bem como o nível de escolaridade do pai e mãe nos núcleos monoparentais com crianças.

Registaram-se mais núcleos familiares de casais com crianças com nível de escolaridade até ao básico – 3.º ciclo do ensino básico – (53,3% em 2011 e 27,1% em 2021) do que núcleos de casais com escolaridade superior (9,2% em 2011 e 17,6% em 2021). No entanto, o número médio de crianças era mais baixo nos núcleos de casais com escolaridade até ao básico (1,39 crianças) do que nos núcleos de casais com escolaridade superior (1,50 crianças).

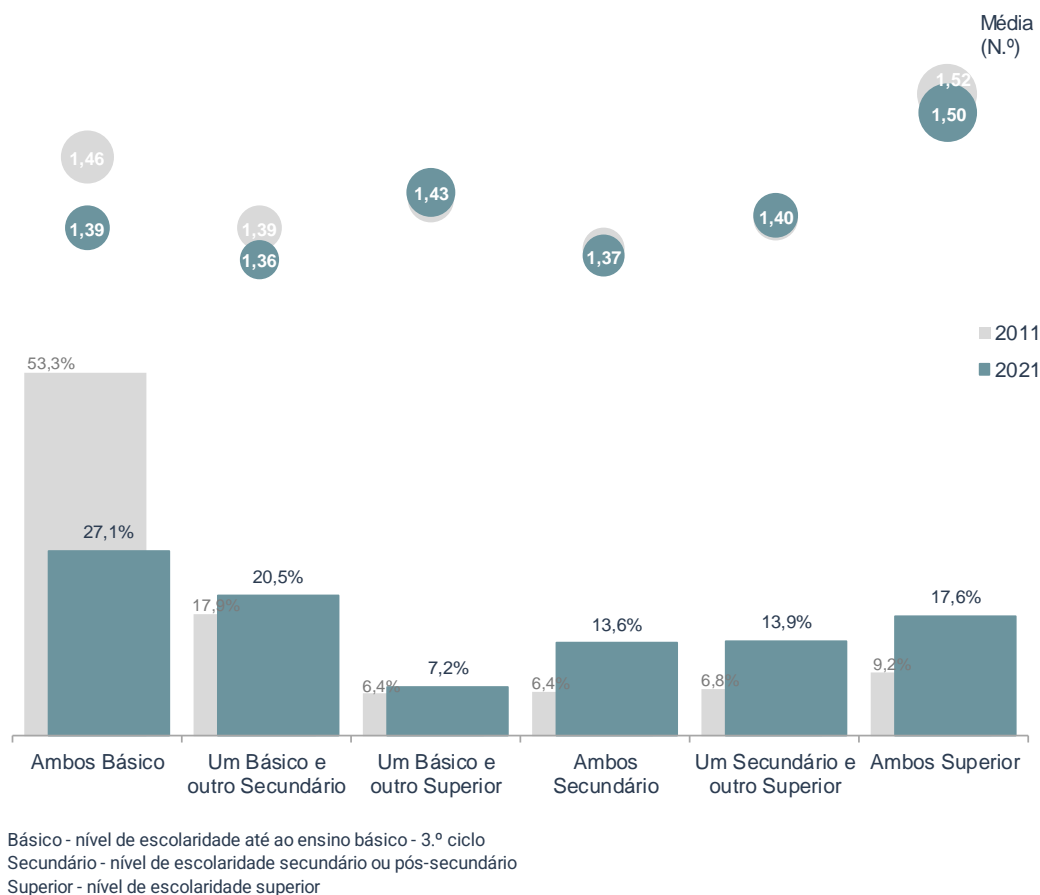
Os resultados dos Censos 2021 mostram ainda que se um dos membros do casal tem um nível de escolaridade superior, a tendência é de elevar o número médio de crianças do núcleo. No limite, quando os membros do casal têm nível de escolaridade superior, o número médio de crianças no núcleo atinge o valor máximo: 1,50 crianças por núcleo.

Quando um dos membros do casal têm escolaridade até ao básico e o outro o secundário, o número médio de crianças atinge o valor mínimo: 1,36 crianças por núcleo de casais com crianças.

Entre 2011 e 2021, a maior redução no número médio de crianças por núcleo familiar de casais ocorreu nos núcleos com ambos os cônjuges/parceiros com nível de escolaridade até ao básico, passando de 1,46 crianças em média em 2011 para 1,39 em 2021.



FIGURA 4. NÚCLEOS FAMILIARES DE CASAIS COM CRIANÇAS (%) E NÚMERO MÉDIO DE CRIANÇAS POR NÚCLEO (N.º), SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE, R.A. MADEIRA, 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

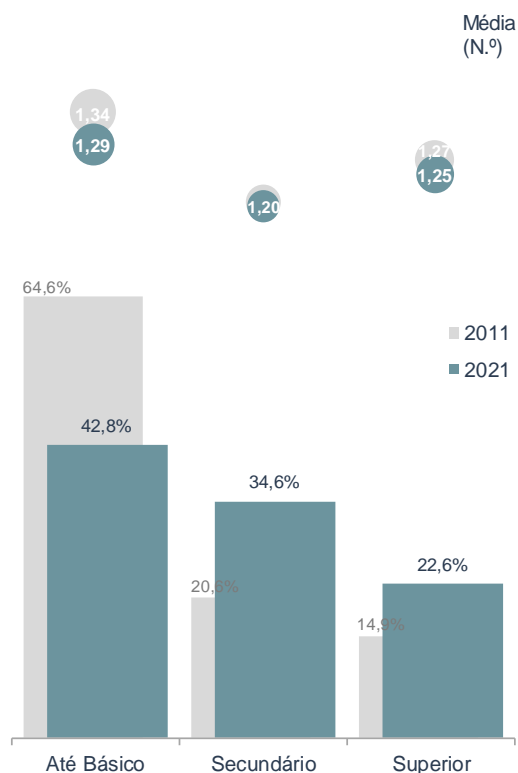
À semelhança do verificado nos núcleos de casais com crianças, em 2021, o mais comum (42,8%) eram núcleos monoparentais em que o pai ou a mãe tinham nível de escolaridade até ao básico (64,6% em 2011), sendo que em apenas 22,6% dos núcleos o pai ou a mãe tinham nível de escolaridade superior (14,9% em 2011).

Ao contrário do verificado anteriormente, o número médio de crianças era mais elevado nos núcleos de pai/mãe com escolaridade até ao básico (1,29 crianças, em média), seguindo-se os núcleos de pai/mãe com nível de escolaridade superior (1,25 crianças, em média). Este número médio era inferior nos núcleos de pai/mãe com o secundário (1,20 crianças, em média).

Também nos núcleos monoparentais, o maior decréscimo do número médio de crianças por núcleo ocorreu no grupo de pai ou mãe com nível de escolaridade até ao básico, 1,34 crianças em média em 2011 e 1,29 crianças em 2021.



FIGURA 5. NÚCLEOS FAMILIARES MONOPARENTAIS DE PAI E MÃE COM CRIANÇAS (%) E NÚMERO MÉDIO DE CRIANÇAS POR NÚCLEO (N.º), SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE, R.A. MADEIRA, 2021



Básico - nível de escolaridade até ao ensino básico - 3.º ciclo
 Secundário - nível de escolaridade secundário ou pós-secundário
 Superior - nível de escolaridade superior

Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação.

1.2. Crianças matriculadas na educação pré-escolar e no ensino básico, 2020/2021

No ano letivo 2020/2021, na Região Autónoma da Madeira, estavam matriculadas na educação pré-escolar 6 003 crianças. Destas, cerca de 54,7% frequentavam estabelecimentos de ensino público.

No 1.º ciclo do ensino básico, o número de crianças matriculadas era de 9 130, sendo que a grande maioria (74,7%) frequentava escolas públicas. Já no 2.º ciclo, foram contabilizadas 5 122 crianças, com uma taxa de 87,3% de matrículas em escolas públicas. Por fim, no 3.º ciclo, o número de estudantes chegou a 9 260, com uma percentagem ainda maior de crianças matriculadas em estabelecimentos públicos, de 87,5%.

Em relação à distribuição das crianças por município, nos diferentes níveis de ensino na Região Autónoma da Madeira, verifica-se que, na educação pré-escolar, o município com o maior número de alunos matriculados era o Funchal, totalizando 3 115 crianças, porém apenas 37,8% frequentavam escolas públicas. Em contraste, o Porto Moniz apresentava o menor número de matrículas, apenas 45 crianças. O Porto Moniz e a Ribeira Brava destacavam-se por terem 100% das crianças matriculadas em escolas públicas.



Direção Regional de Estatística da Madeira
 "Uma porta aberta para um universo de informação estatística"

Quanto ao ensino básico, nota-se que o Funchal continuava a ser o município com o maior número de alunos matriculados, enquanto o Porto Moniz era o município com menos crianças matriculadas.

Da educação pré-escolar para o 1.º ciclo do ensino básico há um aumento de municípios com 100% das crianças matriculadas em escolas públicas, nomeadamente em Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava e São Vicente.

Nos dois níveis subsequentes, essa tendência persiste, verificando-se que somente o Funchal possuía alunos matriculados em escolas privadas.

FIGURA 6. ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E NO ENSINO BÁSICO (N.º), SEGUNDO A NATUREZA INSTITUCIONAL DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO (%), MUNICÍPIO, 2020/2021

Distribuição Geográfica	Educação pré-escolar		Ensino Básico - 1.º Ciclo		Ensino Básico - 2.º Ciclo		Ensino Básico - 3.º Ciclo	
	Total	Público (%)	Total	Público (%)	Total	Público (%)	Total	Público (%)
R. A. Madeira	6 003	54,7	9 130	74,7	5 122	87,3	9 260	87,5
Calheta	232	78,4	436	88,5	190	100,0	384	100,0
Câmara de Lobos	660	65,3	1 068	100,0	558	100,0	977	100,0
Funchal	3 115	37,8	4 433	58,4	2 627	75,1	4 665	75,1
Machico	422	79,6	665	85,6	382	100,0	690	100,0
Ponta do Sol	167	91,0	408	100,0	179	100,0	283	100,0
Porto Moniz	45	100,0	67	100,0	36	100,0	66	100,0
Ribeira Brava	275	100,0	457	100,0	234	100,0	495	100,0
Santa Cruz	770	53,5	1 063	81,7	646	100,0	1 212	100,0
Santana	119	82,4	198	86,4	83	100,0	156	100,0
São Vicente	106	99,1	131	100,0	81	100,0	145	100,0
Porto Santo	92	75,0	204	53,9	106	100,0	187	100,0

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC). Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia - Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira (OERAM).

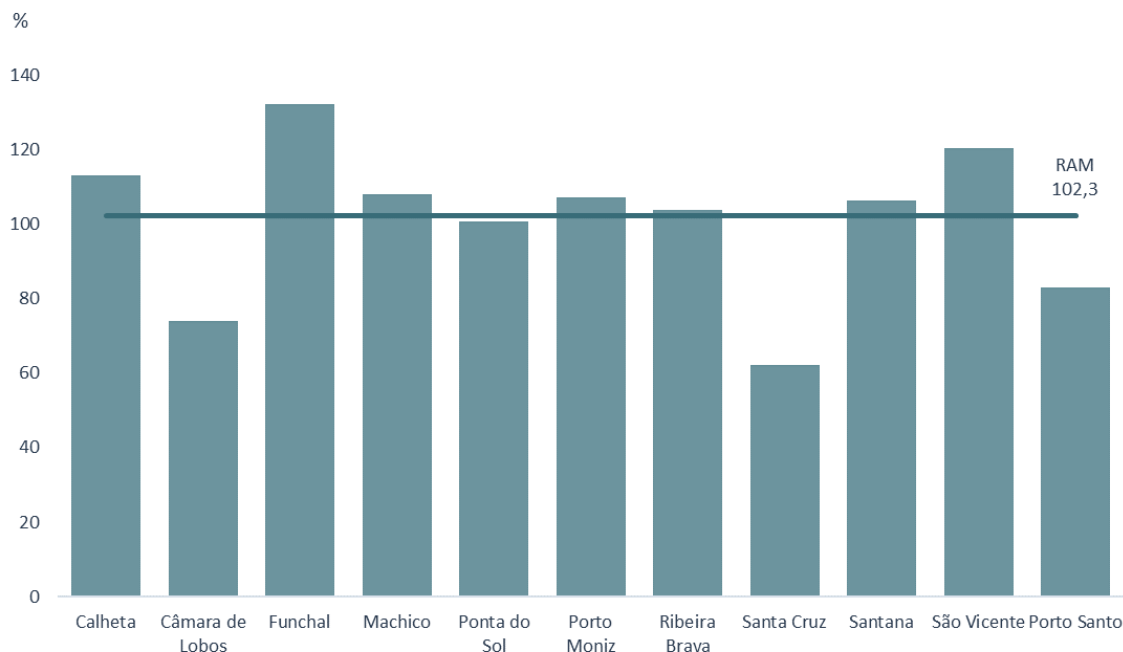
Em 2020/2021, a taxa bruta de pré-escolarização – proporção de crianças matriculadas na educação pré-escolar no total da população residente com idade entre 3 e 5 anos – foi de 102,3%.

No último ano letivo, a proporção de crianças matriculadas na educação pré-escolar, no total da população residente com idade entre 3 e 5 anos, foi superior nos municípios do Funchal (132,2%) e São Vicente (120,5%).

Em Santa Cruz (62,2%), Câmara de Lobos (74,0%), Porto Santo (82,9%) e Ponta do Sol (100,6%) a taxa bruta de pré-escolarização era inferior à apurada para o conjunto da Região (102,3%).



FIGURA 7. TAXA BRUTA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO (%), MUNICÍPIO, 2020/2021



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC). Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia - Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira (OERAM).

Para o mesmo período letivo, a taxa bruta de escolarização do ensino básico na Região Autónoma da Madeira foi de 113,0%, o que significa que cerca de 113% da população residente nas idades normais de frequência do ensino básico (6 a 14 anos) estava matriculada no 1.º, 2.º ou 3.º ciclos do ensino básico.

A taxa bruta de escolarização era superior no 3.º ciclo (114,6%), seguindo-se uma taxa de 113,5% no 1.º ciclo e de 109,2% no 2.º ciclo.

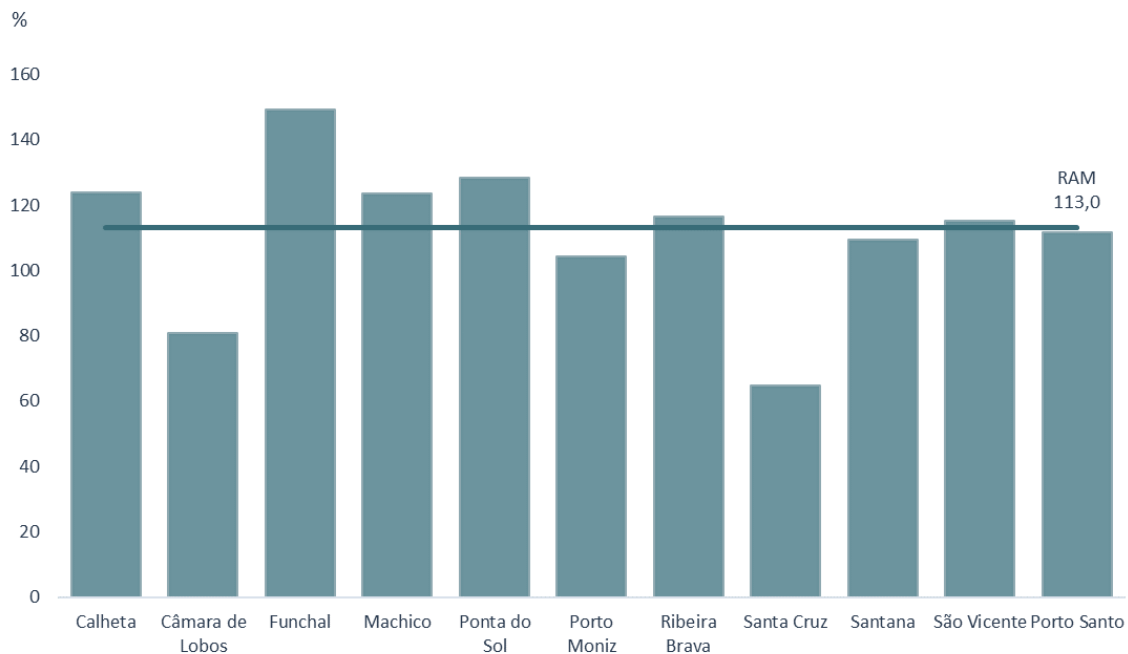
Analisando por município, podemos observar que o Funchal (149,3%), Ponta do Sol (128,5%), Calheta (123,9%) e Machico (123,5%) tinham as taxas brutas de escolarização do ensino básico mais elevadas, enquanto Santa Cruz (64,9%) e Câmara de Lobos (80,7%) possuíam as taxas de escolarização mais baixas em comparação com a média regional de 113%.

Ainda, é de referir que em 2020/2021, a taxa de transição/conclusão no ensino básico, ou seja, a proporção de alunos do ensino básico que no final do ano letivo obtiveram aproveitamento no total de alunos matriculados no ensino básico, atingiu 97,2%. Esta taxa foi igual a 98,2% no 1.º ciclo, 98,5% no 2.º ciclo e ligeiramente mais baixa no 3.º ciclo do ensino básico (95,3%).

Em São Vicente (99,2%), Santana (98,2%) e Funchal (97,8%), a taxa de transição/conclusão no ensino básico foi superior à apurada para o conjunto da Região (97,2%).

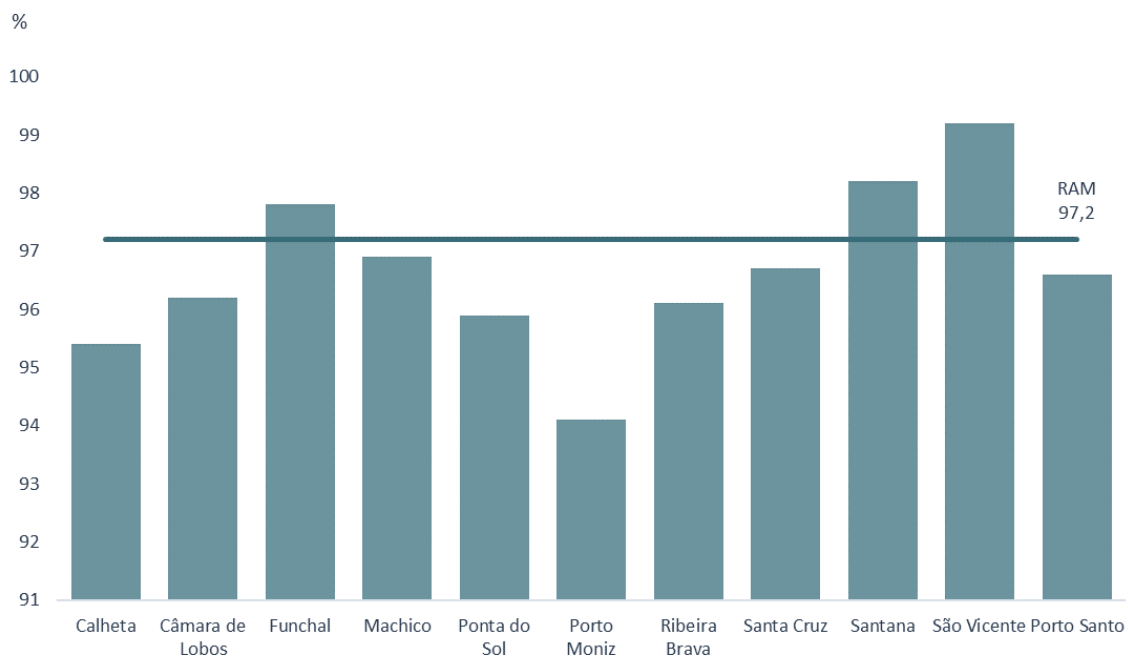


FIGURA 8. TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO BÁSICO (%), MUNICÍPIO, 2020/2021



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC). Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia - Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira (OERAM).

FIGURA 9. TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO NO ENSINO BÁSICO (%), MUNICÍPIO, 2020/2021



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC). Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia - Observatório de Educação da Região Autónoma da Madeira (OERAM).



2. Crianças nascidas entre 2007 e 2021 e alterações comportamentais entre as gerações dos pais

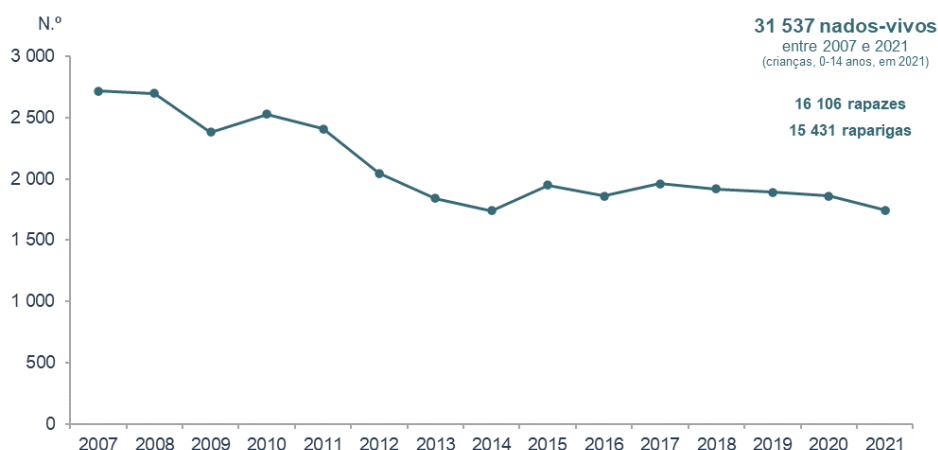
Entre 2007 e 2021 nasceram 31 537 crianças vivas (0-14 anos), filhas de mães residentes na Região, das quais 16 106 eram rapazes (51,1%) e 15 431 raparigas (48,9%). Em 93,0% destes nascimentos, os pais tinham ambos nacionalidade portuguesa, sendo que, em 4,2%, um dos pais tinha nacionalidade estrangeira e, em 1,5%, tinham ambos nacionalidade estrangeira. Para os restantes 1,3%, a nacionalidade de um dos pais foi ignorada (400 nascimentos).

Note-se que os rapazes e raparigas nascidos nos 15 anos decorridos entre 2007 e 2021 dizem respeito a crianças que, a 31 de dezembro de 2021, potencialmente, tinham entre 0 (nascidas em 2021) e 14 anos (nascidas em 2007). Ainda, é de salientar que devido aos naturais movimentos da população, o número de crianças apuradas nos Censos 2021 (31 517 crianças) difere do número de crianças nascidas vivas entre 2007 e 2021 (31 537 crianças) em apenas 20 crianças.

Mostrando a tendência de declínio da fecundidade, ao longo destes 15 anos, o número de nados-vivos baixou a uma taxa média de crescimento anual de -3,1%, passando de 2 718 crianças nascidas vivas em 2007 para apenas 1 744 em 2021.

Do total de nascimentos de crianças entre 2007 e 2021, 52,7% (16 619) nasceram até 2013, ou seja, a 31 de dezembro de 2021, potencialmente, tinham entre 8 e 14 anos. As crianças que, em 2021, potencialmente, tinham 4 ou menos anos representavam 29,7% das crianças, sendo que 29,9% tinham entre 5 e 9 anos e 40,4% entre 10 e 14 anos.

FIGURA 10. NADOS-VIVOS (N.º), R.A. MADEIRA, 2007-2021



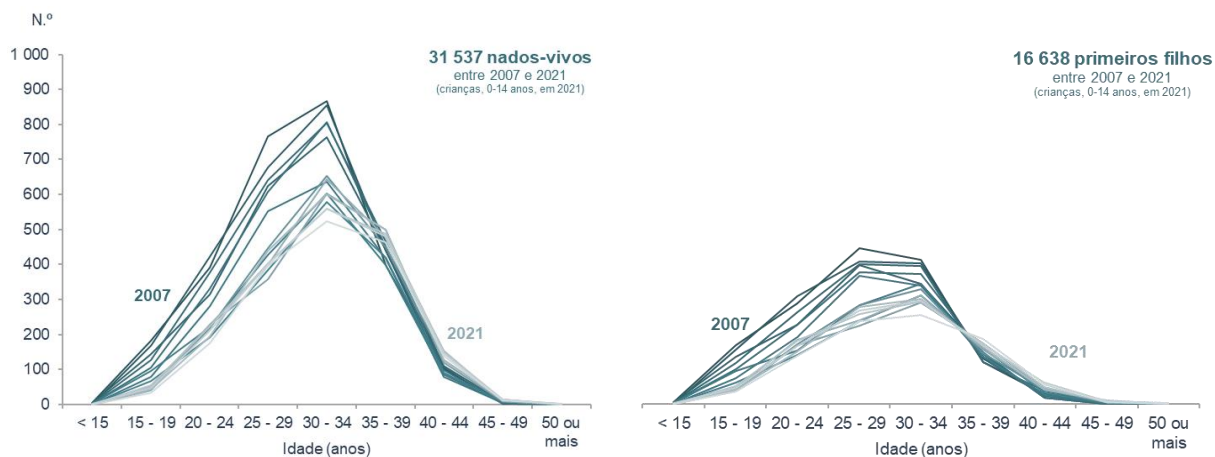
Fonte: INE/DREM - Estatísticas Demográficas.

Não só o número de crianças (nascidas vivas) tem vindo a baixar, como as mães e pais têm vindo a adiar o nascimento dos filhos e do primeiro filho. No entanto, principalmente no caso das mulheres, quanto maior a idade da mãe ao nascimento da primeira criança, mais comprometida fica a chegada de uma segunda ou terceira criança, devido à redução do intervalo de tempo que as mulheres têm para concretizar os seus planos reprodutivos.



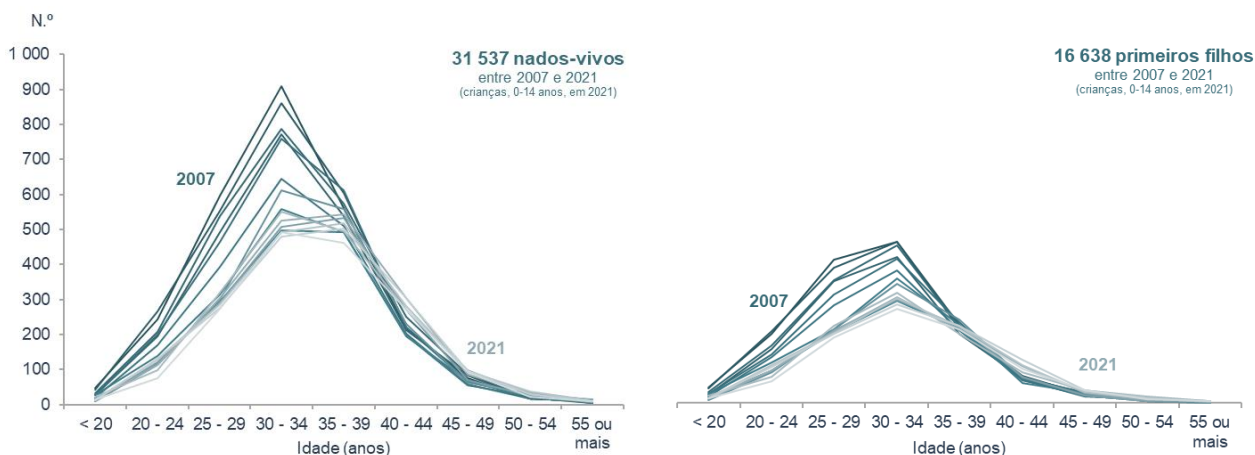
Este adiamento é bem claro nos 15 anos em análise, tanto por parte das mães como dos pais. Entre 2007 e 2021, o número de nascimentos baixou e os pais passaram a ter as crianças cada vez mais tarde, tendência que se reflete nas figuras seguintes, onde se pode notar um decréscimo nas curvas dos nascimentos, ano após ano, e um arrastamento das mesmas para idades cada vez mais tardias.

FIGURA 11. NADOS-VIVOS TOTAIS E DE PRIMEIRA ORDEM (N.º), SEGUNDO A IDADE DA MÃE, R.A. MADEIRA, 2007-2021



Fonte: INE/DREM - Estatísticas Demográficas.

FIGURA 12. NADOS-VIVOS TOTAIS E DE PRIMEIRA ORDEM (DA MÃE) (N.º), SEGUNDO A IDADE DO PAI, R.A. MADEIRA, 2007-2021

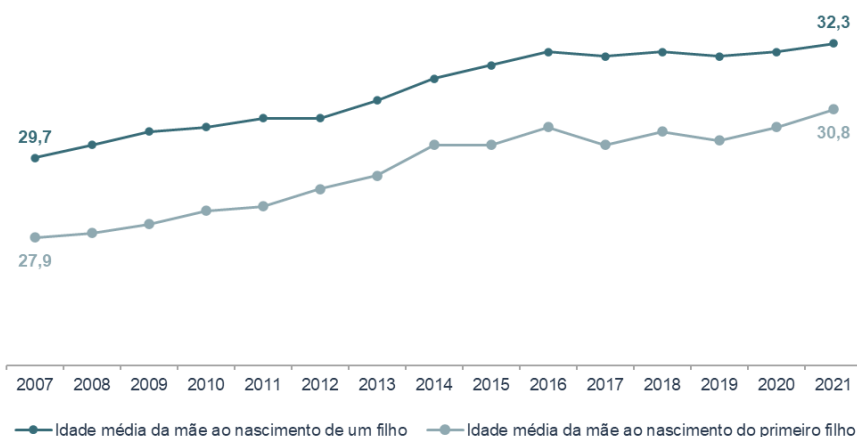


Fonte: INE/DREM - Estatísticas Demográficas.

Naturalmente, o referido adiamento reflete-se no aumento da idade média da mãe ao nascimento dos filhos, que passou de 29,7 anos em 2007 para 32,3 anos em 2021 (mais 2,6 anos). Salienta-se que o adiamento da entrada na maternidade foi ainda mais expressivo no período em análise, tendo a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho aumentado de 27,9 anos para 30,8 anos, o que representa um incremento de quase 3 anos nesta idade média.



FIGURA 13. IDADE MÉDIA DA MÃE AO NASCIMENTO DE UM FILHO E DO PRIMEIRO FILHO (ANOS), R.A. MADEIRA, 2007-2021

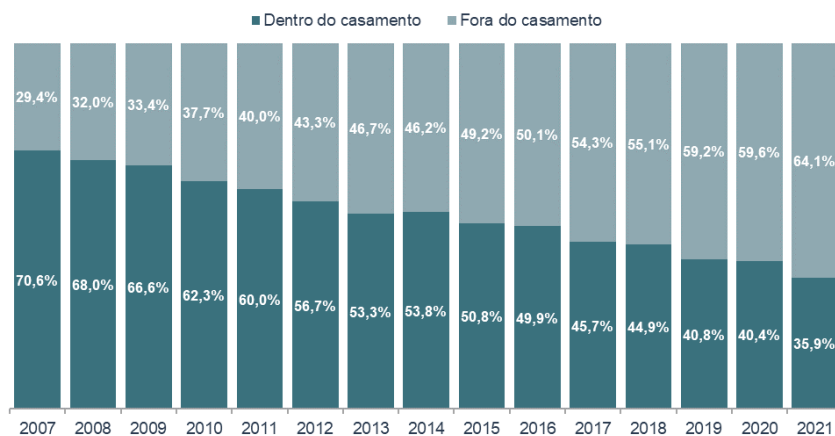


Fonte: INE/DREM - Estatísticas Demográficas.

Ainda sobre as transformações comportamentais entre as gerações dos pais destas crianças nascidas (vivas) entre 2007 e 2021, salienta-se a alteração do padrão de formação das famílias, verificada através do contínuo aumento da proporção de nascimentos fora do casamento.

O peso dos nascimentos dentro do casamento perdeu a sua preponderância no total de nascimentos de crianças entre 2007 e 2021. Enquanto, em 2007, 70,6% dos pais das crianças nascidas eram casados, em 2021 esta percentagem atingiu um valor mínimo do período em análise, apenas 35,9%. Contrariamente, a proporção de crianças nascidas fora do casamento aumentou de 29,4% em 2007 para 64,1% em 2021.

FIGURA 14. NADOS-VIVOS (%), SEGUNDO A FILIAÇÃO, R.A. MADEIRA, 2007-2021



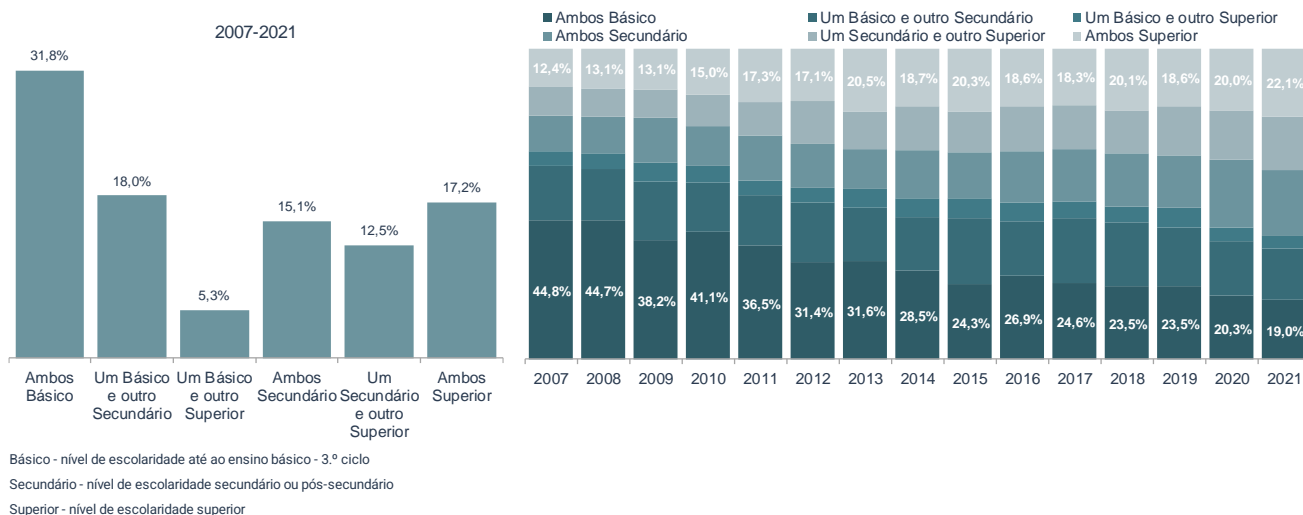
Fonte: INE/DREM - Estatísticas Demográficas.

Relativamente ao nível de escolaridade dos pais das crianças nascidas entre 2007 e 2021, 31,8% dos pais tinham ambos escolaridade até ao básico, enquanto apenas 17,2% tinham ambos escolaridade superior. A combinação menos representada era aquela em que um dos pais tinha escolaridade até ao básico e o outro escolaridade superior (5,3%).



Destaca-se uma alteração no padrão verificado nas décadas passadas (até 2004), quando a maioria dos nascimentos ocorria para pais com nível de escolaridade até ao básico. Entre 2007 e 2021, a proporção de nascimentos de crianças com ambos os pais com nível de escolaridade até ao básico baixou de 44,8% para apenas 19,0%, sendo este um reflexo do aumento da escolaridade obrigatória. Em oposição, salienta-se o aumento do peso relativo dos nascimentos de crianças com ambos os pais com nível de escolaridade superior: 12,4% em 2007 para 22,1% em 2021.

FIGURA 15. NADOS-VIVOS (%), SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PAIS, R.A. MADEIRA, 2007-2021



Fonte: INE/DREM - Estatísticas Demográficas.



3. Conceitos

Agregado doméstico: Grupo de indivíduos vinculados por relações jurídicas familiares e que para efeitos fiscais é constituído por: a) os cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens, ou os unidos de facto, e os respetivos dependentes; b) cada um dos cônjuges ou ex-cônjuges, respetivamente, nos casos de separação judicial de pessoas e bens ou de declaração de nulidade, anulação ou dissolução do casamento, e os dependentes a seu cargo; c) o pai ou a mãe solteiros e os dependentes a seu cargo; d) o adotante solteiro e os dependentes a seu cargo.

Agregado doméstico privado: Conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar.

Alojamento familiar: Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.

Alojamento familiar clássico: Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).

Aluno: Indivíduo que, após um ato de registo administrativo, participa em percursos de educação e formação no âmbito da educação formal.

Casal de direito: Núcleo familiar em que a relação conjugal entre os membros do casal tem por base um casamento.

Casal de facto: Núcleo familiar em que a relação conjugal entre os membros do casal tem por base uma união de facto (também designada de união consensual).

Criança: Pessoa com idade inferior a 15 anos.

Educação pré-escolar: Primeira etapa da educação que se destina a crianças entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico e é ministrada em jardins de infância ou escolas básicas.

Ensino básico: Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

Filho no núcleo familiar: Condição reconhecida a um filho de sangue, filho adotivo ou enteado, independentemente da idade ou do estado civil legal respetivos, com residência habitual na família clássica de um dos seus pais e não tendo cônjuge, parceiro em união de facto ou filhos seus nessa família.

Idade média da mãe ao nascimento de um filho: Idade média das mães ao nascimento de um filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil. Para um determinado ano civil, a idade média da mãe ao nascimento de um filho é calculada usando o número de nascimentos por idades das mães (metodologia *event-based*).



Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho: Idade média das mães ao nascimento do primeiro filho, num determinado período de tempo, habitualmente o ano civil. Para um determinado ano civil, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho é calculada usando o número de nascimentos de primeira ordem por idades das mães (metodologia *event-based*).

Local de residência: Local onde os indivíduos tenham vivido a maior parte do ano ou, no caso de divórcio ou separação de pessoas e bens, o local onde se situava a casa de morada de família.

Nacionalidade: Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção de nacionalidade, devem ser consideradas com a nacionalidade que detinham anteriormente.

Nado-vivo: O produto do nascimento vivo «Ver nascimento vivo».

Nível de escolaridade: Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Núcleo familiar: Conjunto de duas ou mais pessoas que pertencem ao mesmo agregado doméstico privado e têm uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes, que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos.

Núcleo familiar monoparental: Núcleo familiar que integra apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho(s).

Ordem de nascimento: Número de filhos anteriores na vida de uma mulher mais um.

Relação de parentesco: Vínculo que une duas pessoas através de relações de consanguinidade, adoção, ou afinidade, cônjuges entre si e seus familiares, até ao quarto grau.

Taxa bruta de escolarização: Proporção de alunos matriculados no nível ou ciclo x, relativamente ao total da população residente com idade normal de frequência do nível ou ciclo x.

Taxa bruta de pré-escolarização: Proporção de crianças inscritas na educação pré-escolar, no total da população residente com idade entre 3 e 5 anos.

Taxa de transição/conclusão no ensino básico: Percentagem de alunos do ensino básico que no final do ano letivo obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte), no total de alunos matriculados no ensino básico, nesse ano letivo.

